
Método Clínico piagetiano nos estudos sobre Psicologia Moral: o uso de dilemas

Kelly Jessie Marques Queiroz¹

Vanessa Aparecida Alves de Lima²

Resumo

O texto apresenta discussão sobre o Método Clínico proposto por Piaget em seus estudos sobre a psicogênese da moralidade humana. Suas contribuições na elaboração deste método estão para além dos testes e da observação pura, caracteriza-se como prática científica através da elaboração de hipóteses e verificação por meio de inquérito, sendo esta uma das mais importantes contribuições de Piaget na área da psicologia do desenvolvimento. Apresenta-se ainda uma reflexão sobre o uso dos dilemas morais como instrumento nas pesquisas sobre a moralidade, sua elaboração e estrutura, além de apresentação exemplificação e citar pesquisas recentes na área. Acreditamos que o texto contribui para a compreensão do Método Clínico e aplicação dos dilemas morais como recurso metodológico.

Palavras-chave: Método Clínico. Piaget. Psicologia Moral. Dilemas morais.

Piaget's clinical method in studies of moral psychology: the use of dilemmas

Abstract

The text presents discussion about the Clinical Method proposed by Piaget in his studies about the psychogenesis of human morality. His contributions to the method formulation are beyond the testing and the pure observation, it is characterized as scientific practice by the development of hypotheses and verification through a survey, which is one of the most important contributions of Piaget in the area of developmental psychology. It is also presented a reflection regarding the use of moral dilemmas as a tool in researches about morality, its elaboration and structure, and also presentation and exemplification and to cite recent researches in the area. We believe that the text contributes to the understanding of the Clinical Method and application of moral dilemmas as a methodological resource.

Keywords: Clinical Method. Piaget. Moral Psychology. Moral dilemmas

¹ Pedagoga, Mestranda em Psicologia pela Universidade Federal de Rondônia - UNIR, bolsista do programa de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES. kellyjessierm@gmail.com.

² Psicóloga, Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo - USP, Docente do Mestrado em Psicologia e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia - UNIR. limavanessa@uol.com.br

1. Introdução

A expressão Método Clínico foi usada pela primeira vez em 1896, por Witmer, psicólogo norte-americano, aluno de Wilhem Wundt (DELVAL, 2002). O Método Clínico servia para prevenir e tratar anomalias mentais de indivíduos, entre elas, crianças com dificuldades escolares.

Quando pensamos na palavra clínica, nos remetemos à área médica, pois originalmente, a atividade clínica (do grego *klinê*: leito) é a do médico que, à cabeceira do doente, examina as manifestações da doença para fazer um diagnóstico e prescrever um tratamento (DORON; PAROT, 1998).

Na medicina, portanto, a clínica constituiu um ramo das ciências médicas com finalidade prática para estudar um organismo doente e poder devolvê-lo a seu estado normal. Mas no caso da Psicologia e do estudo do pensamento das crianças, Piaget introduziu o Método Clínico, dando-lhe um significado muito distinto que só guarda uma semelhança distante com suas origens.

Quando Piaget inicia suas investigações sobre o pensamento infantil, havia uma concepção rígida sobre o sistema de avaliar e classificar os níveis de inteligência das crianças (BAMPI, 2006) e isto inquietou o pesquisador suíço, levando-o a desenvolver um método de pesquisa peculiar, que foi caracterizado e nomeado por ele de Método Clínico.

O método piagetiano é clínico no sentido de ir além do óbvio, da resposta estereotipada, buscando compreender o ponto de vista da análise do sujeito. As características gerais das explicações, a maneira como o indivíduo resolve os problemas apresentados, como chega às suas explicações, buscando também perceber se guarda coerência, se manifesta contradições, e também, de forma mais peculiar, o que há de criatividade nas respostas, mas, ainda assim, sem afastar-se do sujeito epistêmico.

Sabemos que as contribuições do método clínico na obra piagetiana são vastas, contudo, pretendemos neste artigo destacar as contribuições do método clínico piagetiano para os estudos da Psicologia Moral, especialmente quando combinado ao uso de dilemas. Para tanto, apresentaremos uma breve descrição do Método Clínico e as contribuições de Jean Piaget no uso do mesmo em suas pesquisas e em seguida, para que seja possível compreender a estrutura, elaboração e aplicação dos dilemas morais enquanto instrumento de investigação, apresentaremos breve discussão sobre a Psicologia Moral como campo de aplicação.

2. O Método Clínico de Jean Piaget

As pesquisas de Jean Piaget estavam voltadas para o estudo da gênese e das estruturas do conhecimento. A indagação sobre como o ser humano constrói seu conhecimento acerca do mundo, saindo de um estágio de inteligência inferior para outro superior, movimentou seus interesses de pesquisa, culminando na estruturação da teoria da Epistemologia Genética.

Numa longa e produtiva vida e auxiliado por seus colaboradores, estas ideias foram fontes contínuas de pesquisa, transformando-o num cientista capaz de fazer avançar os conhecimentos sobre a cognição humana, ao mesmo tempo em que criava uma nova forma de refletir sobre o potencial infantil.

Os estudos de Jean Piaget e sua psicologia genética baseiam-se em observações detalhadas de experiências e diálogos com crianças. A peça-chave do método utilizado por ele é a entrevista clínica, também conhecida como Método Clínico ou crítico. Conforme Freitag (1992), em sua origem, este método era usado com pacientes (adultos) em clínicas psiquiátricas e passou a ser usado por Piaget para entrevistar crianças visando conhecer e estudar as estruturas psíquicas infantis.

A entrevista clínica consiste em uma conversa aberta com o sujeito, na qual se procuram seguir suas ideias e explicações sobre um determinado tema. Pesquisas sobre moralidade podem valer-se desse tipo de metodologia. O entrevistador intervém sistematicamente e conduz suas perguntas de modo a tentar esclarecer o que o sujeito diz.

Nesse tipo de entrevista existem perguntas básicas que são comuns a todos os sujeitos envolvidos na pesquisa, mas essas perguntas vão sendo ampliadas e complementadas de acordo com as respostas dos sujeitos. As respostas orientam o curso do interrogatório, mas se retorna aos temas essenciais estabelecidos inicialmente.

Segundo o próprio Piaget (1926/1982), trata-se de um método misto, uma vez que resume elementos da observação, da experimentação e de testes ou questionários abertos:

[...] consiste sempre em conversar livremente com o sujeito, em vez de limitá-lo às questões fixas e padronizadas. Ele conserva assim, todas as vantagens de uma conversação adaptada a cada criança e destinada a permitir-lhe o máximo possível de tomada de consciência e de formulação de suas próprias atitudes mentais (p. 176).

Através deste método, Piaget entrevistou crianças e adolescentes abordando diversos conceitos, entre eles: física, natureza, matemática e moral. Ao invés de contabilizar o número de respostas pré-determinadas como corretas, sistema comum dos testes já existentes, ele fixou-se na análise das justificativas que as crianças davam ao responder suas indagações.

A riqueza de situações que podem ser incluídas nas entrevistas, faz deste método um instrumento de avaliação dinâmico, interessante, revelador, criativo e reflexivo tanto para o entrevistador, como para o entrevistado. Piaget parte do pressuposto de que os sujeitos têm uma estrutura de pensamento coerente, constroem representações da realidade à sua volta e

revelam isto nas respostas às entrevistas ou em suas ações se for esta a proposta do método no momento.

Conhecer o que pensa a criança requer a possibilidade de considerá-la a partir de sua perspectiva. Piaget (1926/1982) faz advertências sobre as possíveis reações, indicando as principais para as quais o pesquisador que se apropria deste método deve se atentar. São elas:

1ª O **não importar-se com**: expressa pela indiferença da criança ao responder sem prazer, apenas para livrar-se do pesquisador e da situação que ele lhe impõe. Eis como Piaget define este não importar-se com: “Quando a pergunta feita aborrece a criança ou, de maneira geral, não provoca nenhum esforço de adaptação, a criança responde qualquer coisa de qualquer forma, sem mesmo divertir-se ou construir um mito” (PIAGET, 1926/1982, p. 12).

Responder qualquer coisa e de qualquer forma é a estratégia mais simples e imediata encontrada pelo sujeito para livrar-se do interrogatório que em vão, o pesquisador tenta estabelecer.

2ª A **fabulação**: a criança inventa uma história na qual ela mesma não acredita, apenas para responder alguma coisa ou por prazer com a mera verbalização. Piaget caracteriza-a como: “Quando a criança, sem mais refletir, responde à pergunta inventando uma história em que não acreditam ou na qual crê, por simples exercício verbal, dizemos que ocorre fabulação” (p. 12).

Percebe-se que essa reação é superior à anterior, uma vez que aqui já se observa alguma ocupação da criança com a atividade que foi proposta pelo pesquisador. Embora ela não raciocine de fato sobre aquilo que fala ou escreve; que apenas “chuta”, “representa”, “faz de conta” quando solicitam alguma coisa, reage quando lhe pedem para agir.

3ª A **crença sugerida**: a criança responde para contestar seu entrevistador, sem fazer um esforço de reflexão próprio. Para Piaget: “Quando a criança esforça-se para responder a uma questão, sem que esta lhe seja sugestiva, ou quando a criança busca simplesmente contentar o examinador, sem considerar sua própria reflexão, dizemos que há crença sugerida” (p. 16).

Nessa caracterização chama-nos atenção os seguintes aspectos: a pergunta não é a da criança ou não lhe interessa, portanto ela responde na perspectiva do pesquisador e não na sua própria. Ela acredita no que diz, mas fala pela boca do outro. Ressalta-se aqui a importância de se aprender a reconhecer a criança, seus conhecimentos, suas estruturas, suas hipóteses.

4ª A **crença provocada ou desencadeada**: a criança responde baseada em sua própria reflexão, mas em que a pergunta é tão nova para ela que necessariamente a resposta fica influenciada pelo tipo de pergunta:

Quando a criança responde com reflexão, extraíndo a resposta de seus próprios recursos, sem sugestão para ela, dizemos que há crença desencadeada. A crença desencadeada é influenciada necessariamente pelo interrogatório, pois a simples maneira como a questão é colocada e apresentada à criança força-a a raciocinar em uma certa direção e a sistematizar seu saber de certo modo; mas ela é contudo um produto original do pensamento da criança, nem o conjunto dos conhecimentos anteriores que utiliza a criança durante sua reflexão são diretamente influenciados pelo experimentador. A crença desencadeada não é, portanto, nem espontânea nem propriamente sugerida: ela é produto de um raciocínio feito sob comando, mas por meio de materiais (conhecimentos da criança), imagens mentais, esquemas motores, pré-ligações sincréticas, etc. e de instrumentos lógicos originais (estrutura de raciocínio, orientações do espírito, hábitos intelectuais, etc.) (p. 17).

A citação, embora longa, faz-se necessária para manter fidelidade à obra do autor e facilitar a compreensão desse tipo de reação. Para Piaget (1926/1982) a crença desencadeada é muito importante, pois representa possibilidades de abrir e fechar elos numa corrente que, através das perguntas do pesquisador, a criança pode produzir ou constatar algo, que sem ele, não faria por si mesma. A resposta vem de um estímulo artificialmente construído.

O pesquisador deve procurar obter da criança uma reação que Piaget chama de **crença espontânea**: quando a criança já não tem necessidade de refletir longamente para responder, dando uma resposta rápida, autêntica, capaz de expressar sua verdadeira opinião sobre o assunto. “Há portanto, crença espontânea quando a questão não é nova para a criança e quando a resposta é fruto de uma reflexão anterior e original [...]” (Op. cit. p. 18).

As reações consideradas por Piaget são de fundamental importância quando se quer interrogar a criança sobre o que pensa dos fenômenos da natureza ou de sua própria vida. O importante não é obter respostas certas, mas espontâneas, que a criança possa e queira justificar.

Conforme Ferreiro (2001), para interrogar a criança ao modo de Piaget, é necessário “[...] recuperar a curiosidade frente ao desconhecido, o desembaraço de lhe dizer: ‘não entendo nada, explique-me de novo’, o desejo de compartilhar as razões de um modo de raciocinar.” (p. 24). As respostas interessam menos que o caminho para se chegar a elas.

O Método Clínico é crítico uma vez que o pesquisador propõe ao sujeito uma discussão sistemática como objetivo de estabelecer o grau de equilíbrio entre as ações e os problemas apresentados, procurando valorizar tudo o que é dito pelo mesmo.

Macedo (1994) defende que, atualmente, o método de pesquisa adotado por Piaget é importante também no contexto dos procedimentos de avaliação e intervenção do psicopedagogo (termo usado para definir o professor) na sala de aula. A postura de valorizar o conhecimento do sujeito e se preocupar com o processo (caminho), que a criança (o aluno) está trilhando, mais do que julgar suas respostas (resultados), é uma atitude extremamente desejável na construção de uma proposta pedagógica de valorização do outro e da construção crítica de conhecimento.

Contudo, vale destacar que este método não está isento de inconvenientes. Em primeiro lugar, é difícil de praticar. Para ter seu pleno domínio é necessário profundo conhecimento da teoria. O bom pesquisador precisa reunir duas qualidades frequentemente incompatíveis: saber observar, deixar a criança falar, nunca interromper nem lhe desviar a atenção e, ao mesmo tempo, saber procurar algo. Em suma, as coisas não são simples, cumpre ao pesquisador, com efeito, suprir as incertezas do método aumentando a sua argúcia interpretativa.

Ao iniciar seu estudo sobre o juízo moral infantil, Piaget nos traz em sua obra *O Juízo Moral na Criança*, publicada inicialmente em 1932, a proposta de tentar entender o juízo moral do ponto de vista das crianças e como se estabelecem as regras morais durante seu desenvolvimento.

Buscando conhecer o raciocínio da criança, Piaget (1932/1994, p. 95) fez uso de dilemas morais e entrevista clínica, considerados por ele como “[...] o único bom método no estudo dos fatos morais”, uma vez que procura seguir de perto o maior número possível de casos individuais: “Decidamos, e procuremos estudar não o ato, mas simplesmente o julgamento do valor moral. Em outras palavras, analisemos não as decisões da criança bem mesmo as lembranças de suas ações, mas a maneira pela qual ela avalia esta ou aquela conduta.” (p. 95).

Sua aspiração com este procedimento estava em observar como ocorre a adaptação progressiva do sujeito às regras e à consciência que possui das mesmas, à medida que amadurece cronológica e cognitivamente.

Para que seja possível maior compreensão do conteúdo dos dilemas enquanto instrumento de pesquisa e como ele pode criativamente ser adaptado a outras abordagens de pesquisa, faz-se necessário conhecer a teoria

na qual ele se sustenta. Procuraremos então, descrever brevemente sobre seu uso nos estudos da Psicologia Moral.

3. Psicologia Moral

A moralidade apresenta-se como um dos temas mais antigos de preocupação da humanidade. O termo moral (do latim *morale*) é definido pelo dicionário Michaelis de Língua Portuguesa (WEISZFLOG, 1998, p. 386) como: **a)** relativo à moralidade, aos bons costumes; **b)** que procede à honestidade e à justiça; **c)** favorece aos bons costumes. Ou seja, diz-se daquilo que se ocupa de tudo que é decente, educativo e instrutivo.

Conforme La Taille (2006), o termo moral, no sentido embrionário, tem em essência o mesmo significado do termo ética: referente a um conjunto de regras tidas como obrigatórias. Entretanto, o primeiro tem sido reservado para designar os deveres propriamente ditos, e o segundo, para o campo da reflexão científica ou filosófica sobre eles, ou seja, o porquê deste ou daquele dever moral.

Pode-se dizer então que existem ações morais e ações não morais. Para que uma ação seja moral é preciso então, mais do que saber fazer corretamente determinada ação, é necessário que o motivo que leva o sujeito a executá-la seja também moral.

Sendo a moralidade um tema interdisciplinar, entendemos que a Psicologia não abrange todas as suas nuances. No entanto, defendemos que a ciência psicológica é uma forma de conhecer dados de realidade sobre o fenômeno moral humano. Entre as correntes que explicam as motivações morais, observa-se a presença predominante das pesquisas psicológicas da moral, referenciadas pelas correntes piagetiana (PIAGET, 1932/1994) e kohlberiana (KOHLEBERG, 1955/1992). Ambos inspirados em Kant.

A moral a partir de Kant trata da dimensão da obrigatoriedade, denominada de *Imperativo Categórico* (KANT, 1785/1936). A condição cultural do sujeito envolvido pela sociedade, com suas normas e suas leis, faz com que ele não pense fazer de outra forma, tal que esta forma é a correta e inapelável forma de fazê-lo.

La Taille (2002(a), p. 136) ao esclarecer este aspecto declara: “Do ponto de vista do “querer fazer”, a moral exige um certo tipo de “querer”: o dever. É dever moral aquilo que aparece para a pessoa como “algo que não pode não ser feito”, porque é um bem em si mesmo. A moral remete, portanto, à dimensão da lei, da obrigatoriedade”.

O imperativo categórico não é o único capaz de explicar as motivações morais. Na linha aristotélica, que retornou à discussão da moralidade contemporaneamente com bastante ênfase, a ética que inspira a moral é a felicidade. A busca da felicidade é a busca da excelência moral, e “[...] em cada uma das formas de excelência moral, além de proporcionar boas condições à coisa que ela dá excelência, faz com que esta mesma coisa atue bem” (ARISTÓTELES, 1996, p. 143).

Outra corrente dos estudos da moralidade que merece destaque é o trabalho de Carol Gilligan (1982) sobre a *Ética do Cuidado*. Em seus estudos, Gilligan demonstra que as mulheres, durante muito tempo de suas vidas, acreditam que o cuidado é o mais importante. Para as mulheres há uma preocupação de observar todos os lados da questão: “Considerar seriamente as consequências que envolvem moralmente todos os indivíduos numa determinada situação, é considerar mais que os direitos e deveres para cada um. É considerar o que se quer dar a cada um pela ética do cuidado” (LIMA, 2004, p. 19). Vale destacar que os homens também possuem a voz do cuidado.

O que o estudo de Gilligan trouxe foi a discussão sobre a presença do afeto como motivação moral.

Entendemos a Psicologia Moral como o campo de estudos que se ocupa da compreensão e explicação dos processos e aspectos psicológicos implicados no comportamento moral do homem. Conforme explicita Freitas (2003), embora os sentimentos morais tenham logo sido reconhecidos como objetos válidos de apreciação pela Psicologia, a questão moral se tornou objeto efetivo de pesquisa com certo atraso em relação às demais áreas da psicologia. Jean Piaget (1932/1994) inicia uma verdadeira teoria científica do desenvolvimento moral, como discutiremos no próximo item.

3.1. Jean Piaget e a psicogênese da moral

Em seu estudo sobre a moralidade infantil, Piaget usou o Método Clínico, procurando dialogar com as crianças sobre dois blocos temáticos: as regras sociais e a idéia de justiça. No primeiro bloco temático ele concentrou sua atenção em dois tipos de regras sociais: regras de jogos (bolinha de gude e amarelinha) e regras morais propriamente ditas. Quanto ao segundo bloco, Piaget procurou estudar a maneira pela qual as crianças adquirem a consciência de justiça.

Ao estudar as regras do jogo, Piaget procurou destacar dois aspectos importantes: o conhecimento prático das regras de um jogo e a consciência da validade dessas regras, isto é, do caráter social e recíproco das regras.

De acordo com Freitag (1992) a entrevista clínica piagetiana orienta-se segundo esses dois princípios: 01. O pesquisador procura esclarecer o conhecimento que o entrevistado tem das regras de um jogo; 02. O pesquisador introduz a questão da origem da regra, das condições de sua validade e as condições legais e legítimas da reformulação das regras.

Ao contrário de Durkheim, que defendia que a essência da Educação Moral era ensinar às crianças a obediência às regras morais da sociedade e ao bem da mesma, Piaget, em seu estudo, procurou entender como as crianças desenvolvem o respeito pelas regras e qual a concepção de Reciprocidade e Igualdade entre os indivíduos e com a sociedade, e mais ainda, como se constroem esses conceitos de regras e de respeito mútuo.

Os estudos de Piaget levaram-no à hipótese de que a relação desigual entre as pessoas gera o Respeito Unilateral, e que, na relação onde uma pessoa é respeitada na mesma medida em que respeita a outra, vai ocorrer o desenvolvimento do Respeito Mútuo.

Além da existência desses dois tipos de respeito, Piaget constatou também a existência de dois tipos de Moral, que chamou de “as duas morais”, a Moral Heterônoma e Moral Autônoma, que estão diretamente relacionadas, respectivamente, aos dois tipos de respeito acima mencionados.

A base filosófica da moralidade, segundo Piaget (1932/1994) é o respeito, inicialmente aquele da coação, que os adultos exercem com sua autoridade e, mais tarde, às normas e regras discutidas, aceitas e representadas pelos grupos sociais a que pertencem e, conseqüentemente, pelo respeito aos seus componentes. Destarte, segundo Freitas (2003, p. 75), *O juízo moral na Criança* pode ser entendido como um estudo psicogenético das relações entre o respeito e a obrigação moral.

Pesquisando crianças de cinco a doze anos, Piaget descobriu que a gênese da moralidade infantil passa por essas duas grandes fases. Na primeira, o universo da moralidade confunde-se com o universo físico: as normas morais são entendidas como leis heterônomas, provenientes da ordem das coisas, e por isso mesmo, intocáveis, sagradas. Na fase posterior, as normas passam a ser entendidas como normas sociais cujo objetivo é regular as relações

entre os homens. Dessa forma, em torno dos dez, onze e doze anos, a criança passa a conceber a si mesma como possível agente no universo moral, capaz de, mediante relações de reciprocidade com outros, estabelecer e defender novas regras.

A tendência da criança à heteronomia é formada através do egocentrismo, que a impede de discriminar como diferentes as imposições, as ideias ou pontos de vista que vem do exterior, daqueles construídos por ela mesma. Também é formado através da relação de coação, que é o respeito unilateral, ou seja, as relações de coação existem nas relações onde há uma desigualdade de poder entre os indivíduos, onde há uma autoridade a ser obedecida, o que induz a imitação dos mais velhos pelas crianças. Sendo assim, tanto o egocentrismo como as relações de coação estão presentes e coexistem em uma relação heterônoma.

Quando a criança passa a vivenciar experiências com outras crianças, a autonomia vai sendo construída, tornando possível a troca de pontos de vista diferentes, de desejos diferentes e de opiniões diferentes. Entretanto, esses posicionamentos, embora diferentes, são vivenciados entre iguais. Na relação criança-criança não há uma autoridade a quem obedecer, a obediência aqui é substituída pela reciprocidade nas trocas entre iguais. Uma vez que a necessidade de respeitar equilibra-se com a necessidade de ser respeitado, construindo então o conceito de respeito-mútuo.

A criança percebe o mundo através da sua interação com os elementos que compõem o seu meio ambiente, o que justifica a afirmação do autor de que o processo de desenvolvimento da criança ocorre de forma cognitiva, social e moral.

Para chegar a essas considerações e captar da melhor maneira as ideias que as crianças fazem da noção de justiça, Piaget (1932/1994)

procurava contar histórias especialmente montadas para esse objetivo, dialogando com as crianças sobre a propriedade ou não das proibições ou ordens e sobre as sanções aplicadas em caso de transgressão tematizadas nas histórias, conhecidas também como dilemas. Sobre a estrutura, cuidados na elaboração e análise dos dilemas trataremos a seguir.

4. Dilemas morais

Os dilemas morais apresentam situações de vida real onde se dá a oportunidade de escolha, seguido de um inquérito (entrevista) que busca levantar as razões das escolhas feitas. Com este instrumento, o pesquisador procura acompanhar o pensamento do sujeito com intervenções sistemáticas, elaborando novas perguntas a partir das respostas, avaliando sua abrangência. Piaget (1932/1994) estava interessado em compreender como os sujeitos chegam à determinada escolha comparando as respostas através de todo o desenvolvimento moral.

4.1. Estrutura e elaboração do dilema

A estrutura do dilema acompanha toda a lógica da teoria piagetiana do desenvolvimento cognitivo moral. Piaget (1932/1994) defendia a justiça como elemento central da moralidade. Em sua teoria ele explica o desenvolvimento moral através de esquemas lógico-matemáticos, sendo assim, diante de uma situação que tem a justiça como princípio pontual tem-se apenas duas alternativas: ou se tem justiça ou não. Determinando assim a estrutura do dilema.

Para elaborar um dilema é necessário considerar os seguintes aspectos quanto ao seu conteúdo:

1º Não aceitar todas as alternativas de ação possíveis para resolvê-lo;

2º O conteúdo deve implicar ações que violam princípios morais;

3º A história/narrativa deve despertar a curiosidade, empatia, tensão e/ou outros sentimentos morais;

4º Não apresentar saídas fáceis de resolução;

5º Os textos devem ser curtos, em média um parágrafo omitindo informações supérfluas para a clareza e concisão;

6º Deve suscitar uma escolha que implique em discordância;

7º Sua apresentação deve ser realista e plausível.

O conteúdo do dilema dependerá, portanto, do conceito com o qual o pesquisador está trabalhando. Para Piaget (1932/1994) o conceito de justiça era o regulador do conteúdo de seus dilemas. Não há uma resposta certa ou errada. Tudo depende de como o sujeito argumenta. Qual a ética utilizada por ele para fazer aquela escolha? Como chegou a ela? O foco é a análise da construção da resposta através da entrevista clínica. Ele destaca a importância da narração do dilema:

As condutas que apresentaremos à criança para que as julgue, não poderemos fazer com que ela as apreenda concretamente, como se colocássemos em suas mãos um punhado de bolinhas ou um material mecânico. **Só poderemos apresentá-las à criança por meio de uma narração.** Assim vemos como é indireto o método que vamos empregar (p. 95, grifo nosso).

Sendo assim, trata-se de situações que não oferecem uma única solução, obrigando o sujeito a refletir, argumentar e justificar racionalmente a alternativa que lhes parece mais justa. Os critérios de juízo, que levam o sujeito a inclinar-se por uma opção e dar argumentos a seu favor, dependem do nível de desenvolvimento moral em que se encontram.

Apresentaremos agora um dos dilemas utilizados por Piaget na obra *O juízo moral criança* (1932/1994, p. 102), quando fez uso dos dilemas a seguir, buscando compreender a **Noção de Responsabilidade, se Objetiva ou Subjetiva** (Noções de Justiça Retributiva - ligada completamente à ideia de sanção. O ato deve ser corrigido com uma punição correspondente da mesma monta; ou Distributiva - Leva-se em conta as condições e intenções, não só as consequências do ato):

a) Um menino, que se chama Jean, está em seu quarto. É chamado para jantar. Entra na sala para comer. Mas atrás da porta há uma cadeira. Sobre a cadeira há uma bandeja com quinze xícaras. Jean não pode saber que há tudo isso atrás da porta. Entra: a porta bate na bandeja, e, bumba! As quinze xícaras se quebram.

b) Era uma vez um menino chamado Henri. Um dia em que sua mãe estava ausente, foi pegar doces no armário. Subiu numa cadeira e estendeu o braço. Mas os doces estavam muito no alto e ele não pôde alcançá-los para comer. Entretanto, tentando apanhá-los, esbarrou numa xícara. A xícara caiu e se quebrou.

Após narrar as duas histórias, Piaget interrogava as crianças procurando saber: (a) O que foi que o primeiro menino fez? E o segundo? (b) Porque o primeiro quebrou as xícaras? E o segundo? (c) Qual dos dois é mais culpado? (d) Se você fosse o pai, a qual puniria mais? (e) E se fosse você quem tivesse quebrado as quinze xícaras, entrando na sala, e sua irmãzinha(o), uma xícara, procurando o doce, quem seria mais punido?

Para a compreensão dos resultados apresentados pelos dilemas é necessário esclarecer que, na perspectiva da entrevista clínica de Piaget (1932/1994), as justificativas construídas para cada resposta são tão importantes e significativas quanto a resposta inicial e auxiliam o pesquisador a compreender a Noção de Responsabilidade Objetiva (Justiça Retributiva - a punição dada ao sujeito é proporcional ao prejuízo acarretado) ou Subjetiva

(Justiça Distributiva – o sujeito é punido conforme a intencionalidade do ato) do sujeito pesquisado.

Embora não seja o objetivo de nosso texto apresentar a teoria kohlberiana sobre o desenvolvimento moral, vale destacar, no aspecto metodológico, que Kohlberg (1955/1992) também fez uso de dilemas em suas pesquisas. Tendo sua teoria o mesmo fundamento filosófico que o de Piaget, onde a justiça é o balizador, Kohlberg imprime esta concepção no dilema de Heinz, abaixo. Vale ainda lembrar que Kohlberg utilizou este mesmo dilema em todas as suas pesquisas, com crianças e adultos, e até nas pesquisas interculturais, mudando apenas o conteúdo conforme a cultura, mas mantendo o dilema básico.

Ao contrapor a teoria kohlberiana, Gilligan (1982) assim como outros seguidores de Kohlberg, também fizeram uso deste clássico dilema.

Numa cidade da Europa, uma mulher estava para morrer. Um medicamento descoberto recentemente por um farmacêutico desta cidade poderia salvar lhe a vida. A descoberta deste medicamento tinha custado muito dinheiro ao farmacêutico, que agora pedia dez vezes mais por uma pequena porção deste remédio. Heinz, o marido da mulher que estava para morrer, procurou as pessoas conhecidas para que lhe emprestassem o dinheiro e assim poder comprara o medicamento. Conseguiu juntar apenas a metade do dinheiro pedido pelo farmacêutico. Procurou-o então e contou-lhe que a mulher estava para morrer e pediu-lhe para vender o medicamento mais barato. Como alternativa, pediu para deixar levar o medicamento e que pagaria mais tarde a metade do dinheiro que lhe faltava. O farmacêutico lhe responde que não, que tinha descoberto o medicamento e que queria ganhar dinheiro com sua descoberta. Heinz, que tinha feito tudo ao seu alcance para comprar o medicamento ficou desesperado e pensou em assaltar a farmácia para roubar medicamento para sua mulher.

Em relação a este dilema (confronto entre o valor da vida e da propriedade privada) o inquirido (entrevista clínica) que se segue pode abordar as seguintes questões: (a) Está correto Heinz de roubar a farmácia para salvar sua esposa? (b) Por quê? (c) Se a pessoa que estava para morrer não fosse sua mulher, mas um desconhecido? Heinz procederia da mesma forma? (d) É importante que as pessoas façam tudo o que podem para salvar a vida de alguém? Por quê? (e) Se você fosse a esposa de Heinz, gostaria que ele fizesse o mesmo por você?

Em pesquisa sobre o conceito de generosidade para crianças de 06, 09 e 12 anos de idade, e as diferenças apresentadas entre as crianças da escola pública e particular, Lima (2003) construiu e aplicou o seguinte dilema, a fim de saber se as crianças conseguem diferenciar entre aquele que dá por dever e aquele que dá por generosidade:

a) José/Ana e Pedro/Diana são irmãos (a). Um dia José/Ana chegou em casa com fome. Descobriu que só havia duas frutas para comer, uma maçã e uma banana. José/Ana lembrou que maçã é a fruta que seu (a) irmã (a) mais gosta. Então apesar de também gostar de maçã, José/Ana comeu a banana e deixou a maçã para seu irmão.

b) Marcos/Mariana e Daniel/Carolina são irmãos (a). Um dia eles (a) ganharam um pacote de biscoitos recheados. Marcos/Mariana chegou em casa antes de seu(a) irmão(a) e comeu metade do pacote de biscoitos, deixando a outra metade para seu irmão.

As seguintes questões podem ser feitas aos sujeitos: (a) José/Ana e Marcos/Mariana agiram certo? Por quê? (b) Quem agiu melhor? (c) Quem foi mais generoso? Por quê? (d) Você acha que eles pensaram em ser retribuídos no futuro? (e) O que é mais generoso? Dar/fazer algo para a pessoa ficar feliz ou dar/fazer algo pensando em ser retribuído?

Este inquérito é parte essencial da aplicação do dilema, dialeticamente centrado nas argumentações das crianças, presta-se como instrumento de investigação apto a identificar o nível estrutural do funcionamento individual do sujeito.

O uso dos dilemas inclui não apenas conflitos apenas relacionados à justiça (LA TAILLE, 2002(b)), mas tem se prestado para investigar diversos campos da vida em sociedade, como a ética (TOGNETAA; LA TAILLE, 2008) convivência através das virtudes (ARAÚJO, 1999; LIMA, 2003 e 2011), bioética (CHIAPIN et. al, 2005), ecologia (BIAGGIO et. al., 1999; LIMA, 2010; MININ; LIMA, 2010), só para ficarmos em alguns exemplos e poucas referências.

Na escolha do dilema como instrumento é relevante utilizar uma seleção de temas que possibilitem a abordagem de distintas questões sociais e culturais.

Além do que, os dilemas não se prestam apenas à pesquisa, mas também ao próprio trabalho de desenvolvimento moral (KOHLBERG, 1955/1992), que pode ser realizado em quaisquer grupos.

5. Considerações finais

A moralidade de crianças e jovens é uma preocupação dos adultos em geral. Em área tão ampla e complexa como a do desenvolvimento moral, que abrange inúmeras ramificações, pode-se perceber no campo da Psicologia um interesse crescente pelo desenvolvimento moral, em especial depois do trabalho de Piaget (1932/1994) e Kohlberg (1955/1992).

O Método Clínico piagetiano é, nesta área, um procedimento de entrevistas, com coleta e análise de dados, onde se acompanha o pensamento do sujeito, com intervenção sistemática, elaborando sempre novas perguntas a

partir das respostas dadas, e avaliando a qualidade e abrangência destas. Também se avalia a segurança e clareza que o sujeito tem sobre as suas respostas diante das contra-argumentações.

A lógica infantil muitas vezes surpreende os adultos. Conversar com as crianças utilizando o Método Clínico de Jean Piaget nos ensina a descobrir como pensam. A valorização da riqueza contida nas possibilidades das respostas da criança, e a sua segurança, ou não, diante das contra argumentações, faz deste método um instrumento confiável para avaliar como está organizado o juízo moral da criança.

Os dilemas morais apresentam situações nas quais nenhuma resposta está certa nem errada, os objetivos do pesquisador são atingidos através da utilização de um instrumento para o qual ainda não construíram defesas psicológicas, uma vez que se trata de algo que os sujeitos conhecem, mas apresentado de uma forma que nunca haviam pensando. A intenção é conhecer a forma como o sujeito estrutura a resposta naquela oportunidade, ou nos termos da Psicologia Moral, como está organizado o juízo moral do indivíduo.

Ao submeter as crianças aos dilemas, deve-se seguir determinados passos, tendo objetivos a serem alcançados, no sentido de compreender como as crianças percebem determinados fenômenos e quais são suas teorias a respeito. A criança que responde é uma criança que pensa. Uma criança que pensa é um ser humano avançando para novos estágios cognitivos.

6. Referências

ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. *Conto de Escola: A Vergonha como um Regulador Moral*. São Paulo, Editora Moderna e Editora da UNICAMP, 1999.

ARISTÓTELES. *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Círculo do Livro, 1996.

BAMPI, M. A. M. *O método clínico experimental de Jean Piaget como referência para o conhecimento do pensamento infantil na avaliação psicopedagógica*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação da Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

BIAGGIO, A. M. B.; VARGAS, G. A. de O.; MONTEIRO, J. K.; SOUZA, L. K.; TESCHE, S. L. Promoção de atitudes ambientais favoráveis através dos debates de dilemas ecológicos. *Estudos de Psicologia*, v. 4, n. 2, p. 221-238, 1999.

CHIAPIN, M. L.; STEIN, R. T.; GOLDIM, J. R.; CARVALHO, P. R. A. Posicionamento de médicos residentes frente a dilemas éticos com pacientes pediátricos. *Scientica Medica*. v. 15, n. 1, 2005.

DELVAL, J. *Introdução à prática do Método Clínico: descobrindo o pensamento das crianças*. Porto Alegre: Artmed, 2002.

DORON, R.; PAROT, F. (orgs.) *Psicologia Clínica: Dicionário de Psicologia*. Vol. I. São Paulo: Ática, 1998.

FERREIRO, E. *Atualidade de Jean Piaget*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

FREITAS, L. *A moral na obra de Jean Piaget: um projeto inacabado*. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: a questão da moralidade*. São Paulo: Papyrus, 1992.

GILLIGAN, C. *Uma voz diferente*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1982.

KANT, E. (1785). *Fundamento da metaphysica dos costumes*. São Paulo: Edições e Publicações Brasil, 1936.

KOHLBERG, L. (1955). *Psicologia del desarrollo mental*. Bilbao: De. Desclée, 1992.

LA TAILLE, Y. *Moral e Ética: Dimensões intelectuais e afetivas*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

_____. O sentimento de vergonha e suas relações com a moralidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, v.15, n.1, p.13-25. 2002(a).

_____. *Vergonha: a ferida moral*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002(b).

LIMA, V. A. A. A virtude do perdão segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos. In: LIMA, V. A. A. & PEREIRA, R. M. (orgz). *Recortes teóricos práticos da psicologia*. Curitiba, PR: Ed. CRV, 2011, 105-114.

_____. Ecologia e Juízo Moral: vozes de líderes ambientais em Rondônia. *Psicologia Ciência e Profissão*. 2010, 30 (3), 464-477.

_____. De Piaget a Gilligan: retrospectiva do desenvolvimento em psicologia – um caminho o estudo das virtudes. *Psicologia, Ciência e Profissão*, v. 24, n. 3, 12-23. 2004.

_____. A generosidade segundo sujeitos de 6, 9 e 12 anos. In RIBEIRO, R.; NENEVÉ, M.; PROENÇA, M. (orgs.) *Psicologia e Saúde na Amazônia: pesquisa e realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2003 (15-37).

MACEDO, L. *Ensaio construtivistas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1994.

MININ, J. C.; LIMA, V. A. A. Personalidade moral ecológica em adolescentes de Porto Velho (RO). *Revista Pesquisa & Criação*. 2010, n. 09. Edição Especial.

PIAGET, J. (1932). *O juízo moral na criança*. 4 ed. São Paulo: Summus, 1994.

_____. (1926). J. *A representação do mundo na criança*. Rio de Janeiro: Difel, 1982.

TOGNETTA, L. R. P.; LA TAILLE, Y. A formação de personalidades éticas: representações e si e moral. *Psicologia: teoria e Pesquisa*. v. 24, n. 2, Brasília, abril/junho 2008.

WEISZFLOG, W. *Michaelis Moderno Dicionário da Língua Portuguesa*. São Paulo: Melhoramentos, 1998.